



PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA - PA

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025-PE.**

A empresa **PROFX LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **44.554.912/0001-80**, por intermédio de seu representante legal, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), apresentar o presente

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

em face das disposições constantes no Edital do Pregão Eletrônico **Nº 057/2025-PE.**, pelos motivos técnicos e jurídicos a seguir expostos.

1. DA OMISSÃO QUANTO ÀS EXIGÊNCIAS DE **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

O edital em questão não prevê a exigência de comprovações técnicas específicas para o item referente à execução de "Show Pirotécnico". Considerando tratar-se de um serviço que envolve substâncias explosivas, manipulação de artefatos controlados e alto risco de acidentes, entende-se ser imprescindível a exigência de comprovação técnica e legal da empresa licitante, a fim de garantir a segurança pública e o cumprimento das normas vigentes.

2. DA NECESSIDADE DE **COMPROVAÇÃO TÉCNICA E LEGAL**

Para assegurar a execução segura e responsável do objeto licitado, requer-se que o edital passe a prever, como exigência mínima de habilitação técnica e regularidade, a apresentação dos seguintes documentos:

- Alvará de funcionamento expedido pela Polícia Civil (Divisão de Armas, Munições e Explosivos)
- Alvará do Corpo de Bombeiros;
- Atestado de registro de Blaster Pirotécnico expedido pela Polícia Civil de Rondônia (DECAME);
- Certificado de Registro (CR) junto ao Exército Brasileiro, para o manuseio e transporte de explosivos e produtos controlados;



Tais exigências estão em conformidade com as normas de segurança e controle de produtos explosivos, previstas no Decreto nº 10.030/2019 e nas Portarias do Comando Logístico do Exército Brasileiro, bem como na legislação estadual referente ao controle e fiscalização de atividades pirotécnicas.


3. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se que este pedido de impugnação seja conhecido e acolhido, promovendo-se a retificação do Edital do **Nº 057/2025-PE**, a fim de incluir as exigências técnicas e legais acima mencionadas, garantindo a lisura, segurança e legalidade do certame.

Nestes termos, pede deferimento.

ITAITUBA – PA , 14/11/2025.

PROFX LTDA
CNPJ: 44.554.912/0001-80

Documento assinado digitalmente
 PHELIPE AUGUSTO ALVES DA SILVA
Data: 14/11/2025 12:01:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025-PE
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2025**

IMPUGNANTE: PROFX LTDA – CNPJ: 44.554.912/0001-80

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA**, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, vem, tempestivamente, apresentar **RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa PROFX LTDA, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 057/2025-PE, cujo objeto é a contratação de empresa para Prestação de serviços de locação de estrutura diversas, equipamentos eletrônicos, shows pirotécnicos e carros de som, para eventos e festivais no município e comunidades, com montagem e desmontagem, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Itaituba-PA, nos seguintes termos:

I. DA TEMPESTIVIDADE E ANÁLISE PRELIMINAR

Preliminarmente, registra-se que a impugnação ora apresentada foi recebida dentro do prazo legal estabelecido no art. 164, §1º, da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual merece ser conhecida e apreciada quanto ao seu mérito.

II. DA SÍNTESE DA IMPUGNAÇÃO

A empresa impugnante alega, em síntese, que o Edital do Pregão Eletrônico nº 057/2025-PE apresentaria omissão quanto às exigências de qualificação técnica, sustentando que deveriam constar como documentos de habilitação obrigatórios:

- a) Alvará de funcionamento expedido pela Polícia Civil (Divisão de Armas, Munições e Explosivos);
- b) Alvará do Corpo de Bombeiros;
- c) Atestado de registro de Blaster Pirotécnico expedido pela Polícia Civil de Rondônia (DECAME);
- d) Certificado de Registro (CR) junto ao Exército Brasileiro, para manuseio e transporte de explosivos e produtos controlados.

III. DA ANÁLISE JURÍDICA E TÉCNICA

3.1. DA ESTRITA OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

A Administração Pública pauta-se, inexoravelmente, pelo **princípio da legalidade estrita**, consoante preceituam os arts. 37, caput, da Constituição Federal e 5º da Lei nº 14.133/2021, segundo os quais a atividade administrativa somente pode ser exercida nos estritos limites da lei.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

No que concerne às exigências de habilitação em processos licitatórios, a Lei nº 14.133/2021 estabelece, de forma **taxativa e exaustiva**, no art. 62 e seguintes, quais são os documentos que podem ser exigidos dos licitantes, a saber:

- **Habilitação jurídica** (art. 66);
- **Regularidade fiscal, social e trabalhista** (art. 68);
- **Qualificação econômico-financeira** (art. 69);
- **Qualificação técnica** (art. 67).

3.2. DA VEDAÇÃO À EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS PARA ALÉM DO PERMITIDO EM LEI

O art. 63 da Lei nº 14.133/2021 é cristalino ao estabelecer que:

"A documentação exigida para fins de habilitação se limitará às informações e aos documentos indispensáveis para garantir o cumprimento das obrigações a serem contratadas e comprovar a capacitação necessária para esse cumprimento, vedadas as exigências não previstas nesta Lei."

De igual modo, o art. 64, caput, da referida Lei, expressamente determina:

"É vedada a exigência de: I - documentação ou requisito que não estejam previstos nesta Lei ou na legislação pertinente a profissões regulamentadas; II - comprovação de propriedade de bens, de estrutura física e de instalações, salvo se houver previsão nesta Lei; III - comprovação ou exigência de índices e requisitos de sustentabilidade não previstos em lei."

Destarte, **não pode o edital exigir documentos que não estejam expressamente previstos na legislação de regência**, sob pena de **ilegalidade manifesta e cerceamento do caráter competitivo** da licitação, ferindo os princípios da **competitividade, isonomia e razoabilidade**.

3.3. DA NATUREZA JURÍDICA DOS DOCUMENTOS PLEITEADOS PELA IMPUGNANTE

Os documentos cuja exigência é pleiteada pela impugnante – quais sejam, alvarás e certificados de registro junto a órgãos de controle e fiscalização – **não se confundem com requisitos de habilitação**, mas sim com **licenças de funcionamento e autorizações administrativas** que são de **responsabilidade exclusiva e unilateral da empresa contratada**, devendo ser obtidas **previamente à execução dos serviços**.

Tais documentos constituem **condicionantes administrativas** para o regular funcionamento da atividade empresarial e para a execução de serviços que envolvam produtos controlados, nos termos da legislação específica aplicável ao setor (Decreto nº 10.030/2019,



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

Portarias do Comando Logístico do Exército Brasileiro, legislação estadual e municipal pertinente).

3.4. DA DISTINÇÃO ENTRE HABILITAÇÃO E LICENCIAMENTO

É imperioso distinguir duas fases distintas e inconfundíveis:

a) Fase de Habilitação: Momento em que se verifica a capacidade técnica, jurídica, fiscal e econômico-financeira do licitante para contratar com a Administração Pública, conforme arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

b) Fase de Execução Contratual: Momento em que a empresa contratada deve providenciar todas as licenças, alvarás, autorizações e demais documentos administrativos necessários ao desempenho de suas atividades, nos termos da legislação aplicável.

Exigir na fase de habilitação documentos que são próprios da fase de execução contratual caracterizaria **inversão lógica e temporal** das etapas do processo licitatório, além de configurar **restrição indevida à competitividade** do certame.

3.5. DA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA

É da **essência da relação contratual administrativa** que a empresa contratada se obrigue a obter, **por sua conta e responsabilidade**, todas as licenças, alvarás, autorizações e demais documentos necessários à execução do objeto contratado, conforme preceitua o **art. 92, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021**:

"São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam: (...) XVI - a obrigação de o contratado manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação, nos termos do art. 62.

Ademais, é prática sedimentada nos contratos administrativos a inclusão de cláusula expressa estabelecendo que incumbe ao contratado providenciar, junto aos órgãos competentes, todas as licenças, alvarás e demais documentos necessários à regular execução dos serviços.

3.6. DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS FISCALIZADORES

Conforme acertadamente apontado pela impugnante, os serviços de espetáculo pirotécnico envolvem, de fato, substâncias explosivas e produtos controlados, sujeitando-se à regulamentação e fiscalização de diversos órgãos, tais como:

- **Polícia Civil** (controle de armas, munições e explosivos);
- **Corpo de Bombeiros** (prevenção e combate a incêndios);
- **Exército Brasileiro** (controle de produtos controlados);
- **Órgãos municipais** (alvará de funcionamento e licenciamento de atividades).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

Todavia, a **competência para exigir e fiscalizar** a obtenção de tais documentos é **exclusiva dos referidos órgãos**, no exercício de seu poder de polícia administrativa, e não da Administração Pública licitante, que deve se limitar a verificar os requisitos de habilitação previstos em lei.

Cumpra ao **Município**, quando da emissão do alvará de funcionamento ou de autorização para realização do evento, exigir que a empresa contratada apresente todos os documentos e licenças pertinentes, nos termos da legislação municipal, estadual e federal aplicável.

IV. DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O **Tribunal de Contas da União** possui jurisprudência consolidada no sentido de que **exigências de habilitação não previstas em lei** configuram **restrição indevida à competitividade** do certame, consoante se depreende dos seguintes precedentes:

"A habilitação deve limitar-se aos documentos expressamente previstos na legislação de regência, sendo vedadas exigências que extrapolem os limites legais, ainda que sob o argumento de garantir a segurança ou a qualidade da execução do objeto." (TCU, Acórdão nº 1.793/2020 – Plenário)

V. DA CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, verifica-se que:

1. O Edital do Pregão Eletrônico nº 057/2025-PE **está em estrita conformidade com a Lei nº 14.133/2021**, limitando-se a exigir os documentos de habilitação expressamente previstos na legislação de regência;
2. Os documentos cuja exigência é pleiteada pela impugnante (alvarás, certificados de registro etc.) **não se enquadram como requisitos de habilitação**, mas sim como licenças e autorizações administrativas que devem ser obtidas pela empresa contratada **durante a fase de execução contratual**;
3. Exigir tais documentos na fase de habilitação configuraria **ilegalidade manifesta**, por violação aos arts. 63 e 64 da Lei nº 14.133/2021, além de representar **restrição indevida à competitividade** do certame;
4. A **responsabilidade pela obtenção** de todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias à execução dos serviços **é exclusiva da empresa contratada**, devendo ser providenciada por sua conta e risco, sob fiscalização dos órgãos competentes;
5. O **Município**, no exercício de seu poder de polícia administrativa, deverá exigir a apresentação de todos os documentos pertinentes quando da emissão do alvará de funcionamento ou autorização para realização do evento.

VI. DO DISPOSITIVO

Diante das razões de fato e de direito acima expendidas, o Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, **CONHECE** da impugnação apresentada pela empresa PROFX LTDA e, no



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
Prefeitura Municipal de Itaituba

mérito, **INDEFERE-A INTEGRALMENTE**, mantendo-se íntegros todos os termos e condições estabelecidos no Edital do Pregão Eletrônico nº 057/2025-PE.

Determina-se, em consequência, a **regular continuidade do processo licitatório**, observando-se o cronograma estabelecido no instrumento convocatório.

Cientifique-se a impugnante.

Publique-se.

Itaituba - PA, 27 de novembro de 2025.

Ronison Aguiar Holanda
Pregoeiro Oficial do Município de Itaituba